

DEPUTADOS: Sem participação, não há reparação efetiva para atingidos por barragens em Minas



A participação das comunidades atingidas por barragens no processo de reparação é fundamental. A defesa foi feita por representantes de atingidos, de movimentos sociais e do Ministério Público do Estado (MP-MG), em audiência pública, na última quinta-feira (09/11), da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Solicitada pela deputada Beatriz Cerqueira (PT), a reunião contou com a presença de atingidos da comunidade de Vieiras de Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), pelo Plano de Emergência da Barragem de Serra Azul da ArcelorMittal.

Também contou com a participação de atingidos da comunidade de Gesteira de Barra Longa (Zona da Mata) pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (Região Central).

Nas duas situações, conforme relataram, a participação popular tornou possível que a reparação fosse pactuada. Representante da comunidade de Vieiras, José Roberto Pereira Cândido contou que, desde 2019, a barragem da ArcelorMittal está com risco iminente.

José Roberto Pereira lembrou que, em decorrência disso, cerca de cem famílias foram tiradas de suas casas e sofreram diversos prejuízos. E contou ainda que, desde então, a comunidade se mobiliza com a participação do Ministério Público e da assessoria técnica independente, o que garantiu a celebração de um acordo.

Integrante da Comissão de Atingidos de Barra Longa, Simone Maria da Silva, também falou da importância de nova repactuação construída com a participação da comunidade de Gesteira.

“Sem participação não tem pactuação. Gesteira esperou oito anos por uma reparação que não ocorreu pela Fundação Renova. Quando o Ministério Público nos permitiu participar da mesa de negociação é que essa pactuação foi possível”, enfatizou.

Ela ainda disse que não há ninguém melhor para falar sobre os problemas da comunidade do que seus moradores. *“Quem sabe o que os atingidos passam são eles próprios”,* afirmou.

Mobilização social

O coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado, Paulo Cesar Vicente de Lima, creditou o acerto desses casos à mobilização social das comunidades.

“A estratégia de grandes empreendimentos é a fragmentação porque pessoas divididas perdem força”, argumentou.

A deputada Beatriz Cerqueira destacou o papel da participação das comunidades nos casos. Ela rememorou que tem acompanhado de perto o assunto e já visitou a comunidade de Gesteira, bem como foi a Itatiaiuçu.

"Encontrei comunidades que disseram que reconstruíram uma nova pactuação. Se é positivo, se as comunidades participaram, vamos dar visibilidade também", enfatizou, acrescentando que um acordo construído a portas fechadas nunca vai traduzir o que precisam os atingidos.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/5125/deputados-sem-participacao-nao-ha-reparacao-efetiva-para-atingidos-por-barragens-e-m-minas-em-29/06/2026-08:46>